



## A MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU ATIVISMO POLÍTICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30778

Marluce Marcondes Gonçalves<sup>1</sup>  
Lucas Labigalini Fuini<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Marcha das Margaridas representa uma ação estratégica de mulheres do campo e floresta que integram permanentemente o MSTTR (Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), em evento que ocorre a cada quatro anos na cidade de Brasília-DF, Brasil. O artigo pretende caracterizar a iniciativa adotada por este movimento diante do cenário da luta agrária, luta pelo fim da discriminação e violência contra a mulher do campo e da floresta, dando visibilidade às mulheres e vislumbrando conquistas nas esferas públicas. A primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, e a partir de então o movimento tem se revelado organizado e de mobilização nacional, tornando-se reconhecido como o maior da América Latina de mobilização de mulheres. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar a Marcha a partir de sua gênese, sob um aspecto historiográfico, e observar a sua atuação no campo político brasileiro, na articulação entre sua organização, reivindicações políticas e protagonismo feminino. Do ponto de vista metodológico, esse artigo está baseado em pesquisa qualitativa de cunho histórico, bibliográfico e documental, seguindo uma abordagem dialética e crítica, com os procedimentos de pesquisa exploratória e descritiva. Entre os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental, verificou-se que a marcha, em seus mais de vinte anos de história, produziu avanços para a causa das mulheres no campo, com conquistas nos âmbitos das leis, políticas públicas e mobilização, no entanto, ciclos políticos e governos desfavoráveis à pauta social e agrária podem dificultar o avanço

<sup>1</sup> Licenciada em História (UNIFEQB) e em Filosofia (UFSJ) e Especialista em Informática na Educação e em Humanidades (IFSP-São João da Boa Vista). É professora da Secretária de Educação do estado de São Paulo: E-mail: [marlucericetti@gmail.com](mailto:marlucericetti@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Geografia (UNESP-Rio Claro), com Mestrado e Doutorado em Geografia (UNESP-Rio Claro) e Pós-doutorado em Teoria em Geografia (UNESP-Presidente Prudente). É professor EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São João da Boa Vista. Email: [lucasfuini@ifsp.edu.br](mailto:lucasfuini@ifsp.edu.br)

**Palavras-chave:** Movimento Social Feminino; Movimento do Campo; Marcha das Margaridas; Brasil.

## THE “MARCHA DAS MARGARIDAS” (MARCH OF DAISIES) AND ITS POLITICAL ACTIVISM: A HISTORICAL ANALYSIS

---

**ABSTRACT:** The Marcha das Margaridas (March of Daisies) represents a strategic action by rural and forest women who are permanently part of the MSTTR (Union Movement of Rural Workers and Workers), in an event that takes place every four years in the city of Brasília-DF, Brazil. The article intends to characterize the initiative that these women took in the context of the agrarian struggle, the struggle to end discrimination and violence against rural and forest women, giving visibility to women and envisioning achievements in the public sphere. The first Marcha das Margaridas took place in 2000, and since then the movement has been organized and mobilized nationally, becoming recognized as the largest for women's action in Latin America. This study aims to analyze the March from its genesis under a historiographical aspect and observe its performance in the Brazilian political field, in the articulation between its organization, political claims and female protagonism. From a methodological point of view, this article is based on qualitative research of a historical, bibliographical and documentary nature, following a dialectical and critical approach, with exploratory and descriptive research procedures. Among the results obtained from the bibliographical and documental research, it was verified that the march, in its more than twenty years of history, produced advances for the cause of women in the countryside, with achievements in the scope of laws, public policies and mobilization, in the However, political cycles and governments that are unfavorable to the social and agrarian agenda can make it difficult for the feminist struggle to advance in the countryside.

**Keywords:** Feminine Social Movement; Field Movement; Marcha das Margaridas (March of the Daisies); Brazil.

*“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”  
Margarida Maria Alves.*

### INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>3</sup> tem como foco de estudo o movimento denominado “Marcha das Margaridas”, por meio de uma síntese que relata desde a origem até a sua última edição. Desde sua primeira edição, realizada no ano de 2000, em um movimento e evento que se

---

<sup>3</sup> Este artigo, com modificações, é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Marluce Marcondes Gonçalves, sob orientação de Lucas Labigalini Fuini e co-orientação de Ellen Gallerani Corrêa, no curso de Pós-graduação lato sensu Especialização em Humanidades: Ciência, cultura e sociedade, concluído no ano de 2021.

reúne a cada quatro anos, a marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel por ordem de fazendeiros da região. A covardia desse crime ascendeu o desejo de se prosseguir com a luta de Margarida, com as mulheres se reunindo em defesa de sua causa. A Marcha das Margaridas caracteriza-se em uma ação política que prioriza a atuação e luta das mulheres trabalhadoras rurais por melhores condições de vida, de trabalho, de visibilidade e de reconhecimento social. Envolvendo desde estratégias políticas e de mobilização, a marcha traz para o centro do debate a importância econômica e política de suas ações no campo e na floresta, sendo a ocasião em que se expõem suas reivindicações para possíveis formulações de políticas públicas que garantam o acesso das mulheres a terra. (CONTAG, 2008, p.9).

A marcha obteve um suporte significativo dos governos petistas, se fortaleceu e avançou em diversos âmbitos, inclusive no de direitos. Mas, com o atual governo, há dúvidas se este movimento continuará tendo o respaldo que recebeu nas edições anteriores a 2019. De acordo com Moraes (2021), coordenadora geral da Marcha das Margaridas, o coletivo é composto por mulheres exploradas e marginalizadas ao longo da história, que habitam os mais diversos territórios. São mulheres que fazem a agricultura familiar, produzem alimentos saudáveis para as cidades e para a população, garantem a soberania alimentar e a preservação das sementes crioulas, dos ecossistemas e da sociobiodiversidade. Em contrapartida, o governo do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)<sup>4</sup> não estabeleceu uma relação direta e de diálogo com a marcha.

A partir desse ponto de vista, busca-se compreender nesta pesquisa a raiz da atuação das mulheres que integram a Marcha das Margaridas e a sua responsabilidade na mobilização feminina no meio rural e político. Vale ressaltar que a causa de Margarida Maria Alves não era apenas para as mulheres trabalhadoras rurais, ela tinha como objetivo a titulação conjunta das terras para homens e mulheres e a campanha de documentação das trabalhadoras rurais.

Na perspectiva metodológica, esse artigo está baseado em pesquisa qualitativa de cunho histórico, bibliográfico e documental, seguindo uma abordagem, ao mesmo tempo, exploratória, descritiva e crítica. Quanto ao método de abordagem, segue o referencial dialético de leitura da realidade. O caminho seguido nesta pesquisa foi de levantamento de

---

<sup>4</sup> Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), foi presidente da República entre 2019 a 2022, sendo eleito por outro partido, o PSL (Partido Social Liberal). Foi capitão do Exército, deputado federal em vários mandatos consecutivos (1991-2018) e vereador pelo Rio de Janeiro (1988-1991).

informações em artigos de periódicos, capítulos de livros, livros e portais da internet sobre o movimento, seguido de uma análise crítica e descritiva desses materiais e uma tematização por conteúdos nos subtítulos que compõe esse texto.

### BREVE SÍNTESE SOBRE A LUTA NO CAMPO

No campo, o feminismo rural é a resistência das mulheres camponesas que se mantém vivas a partir de lutas, participação política e contra-ataques ao patriarcado. Ainda que desempenhem papel fundamental na administração familiar e do campo, estas mulheres sofrem diariamente discriminação sexual e lutam pela sobrevivência e contra a fome. Esse contexto rural consiste em detalhar que as mulheres do campo estão inseridas na sociedade, inclusive, na sociedade de classes, que é fruto da exploração, dominação, opressão e é articulada pelo modelo econômico- o capitalista.

Para compreender a gênese do feminismo rural, é necessário entender a história. Entre o final dos séculos XIX e início do século XX, o Brasil passou por transformações com a transição Império-República. O país acabava de sair de um sistema escravista e iniciava um período de industrialização. Neste panorama, surgiu um dos primeiros sinais do movimento sufragista nacional, liderado por mulheres brancas e urbanas.

Parafraseando Santos (2018, p. 19), a luta sufragista, influenciada por movimentos europeus, tinha em vista a aquisição de direitos políticos às mulheres, contudo, lutava-se também pela educação, emancipação feminina, e o trabalho seria a questão central na luta pela libertação da mulher. Além de toda a luta sufragista, no Brasil também se presenciou um grau significativo de mulheres operárias no movimento, tendo em vista o reivindicar melhorias salariais, carga horária de trabalho menor, melhores condições de saúde e higiene e creche para as crianças. Em meio à tantas pautas e lutas do movimento sufragista, algumas conquistas surgiram, sendo uma delas o voto. Essa conquista levou a mulher brasileira a participar da política.

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi

conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010. p.16).

Até a década de 1950 não existia nenhum órgão que representasse os trabalhadores do campo. A primeira experiência de Ligas Camponesas ocorreu em Pernambuco, no município de Galiléia. Ali havia um engenho desativado que abrigava 140 famílias que pagavam aluguel, chamado de “foro” ao proprietário Oscar Beltrão. O foro, em questão, era a condição para que estas famílias pudessem morar e produzir naquelas terras. Em 1955, os foreiros daquele local criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que de acordo com Silva (2014, p.1) era “uma associação com finalidades beneficentes, que incluía a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajuda médica e jurídica”.

Em um primeiro momento, Oscar Beltrão concordou com a criação da associação, mas, mudou de ideia quando seu filho, entre outros proprietários de terras da região, dissera que tal associação implantaria o comunismo e os trabalhadores tomariam as terras do engenho. Imediatamente, Beltrão exigiu a imediata dissolução da SAPPP e recebeu a reação dos foreiros que não cumpriram a exigência e foram, em seguida, ameaçados de expulsão. Assim, começou a mobilização que veio a originar o movimento. O movimento camponês que surgiu na década de 1950 reúne a luta contra a expropriação da terra e contra a superexploração do trabalho, reivindicando os direitos trabalhistas e o direito a terra.

Em 1964, proveniente das demandas dos trabalhadores rurais, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Este órgão sindical, de caráter nacional e legalmente reconhecido, marcou uma conquista política para o trabalhador do campo, já que nasceu em um momento crítico em que o Brasil vivenciava o regime militar.

A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente. Ajustou em seu interior diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, ligados à igreja, aos comunistas. Aliás, cabe ressaltar, perfil diverso que a CONTAG mantém até hoje. É essa uma de suas características mais marcantes: ser unificada na diversidade ideológica, regional, cultural e produtiva. (CONTAG, 2003, p. 17)

Durante a ditadura militar, houve repressão conjunta de militares e latifundiários contra os camponeses. “Conforme documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1962 e 1989, nada menos do que 1.566 trabalhadores rurais foram assassinados”

(MEMÓRIAS DITADURA, 2021, online). Este documento cita ainda alguns assassinatos realizados a mando de grandes proprietários, e que não podem ser dissociados da repressão liderada e, nome da segurança nacional, imposta pelos militares.

Em 1964, o presidente General Castello Branco<sup>5</sup> assinou a lei do Estatuto da Terra (lei n. 4.504 de 1964), que manteve alguns direitos adquiridos até então pelos camponeses. O governo militar criou determinadas políticas sociais para o trabalhador rural, com receio de uma miséria em massa no campo, dentre as quais é possível destacar: Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA) e o Fundo do Trabalhador Rural (FUNRURAL), nos anos 1970. Mas isso não foi suficiente para mudar o quadro vigente de exploração e miséria.

Todo esse pequeno percurso da história sobre as conquistas dos trabalhadores rurais foi necessário contextualiza a chegada dos anos de 1980, quando se deram os primeiros passos dos movimentos de mulheres do campo. Da mesma forma que as mulheres urbanas se aliaram e constituíram seu próprio movimento a partir das ideias europeias e de ideias difundidas por Simone de Beauvoir<sup>6</sup> (“Não se nasce mulher, torna-se mulher”), as mulheres rurais se uniram e iniciaram sua própria organização, motivadas pela bandeira do reconhecimento, valorização e participação política.

Essa fusão de movimentos garantiu algumas mobilizações estaduais e nacional, deu continuidade às lutas já citadas e ampliou-se os desejos de medidas no âmbito da reforma agrária e projeto popular de agricultura. Outrossim, a elaboração de cartilhas, vídeos, panfletos e cartazes como instrumentos de trabalho também foram propostas para se manter a luta. Portanto, a partir da década de 1980, iniciaram-se as lutas femininas, sobretudo nas regiões Sul e Nordeste, com evidência nas atuações dos movimentos: Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

De acordo com Cruz (2013, p.2), o primeiro registro encontrado foi a partir do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil que ocorreu em novembro de 1986 na cidade de Barueri, São Paulo, evento que contou com a presença de 36 participantes de diferentes Estados. Nele houve uma troca de experiências e debates entre as associações presentes, além de traçarem objetivos para o movimento e definirem o perfil e os princípios

---

<sup>5</sup> Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) foi general do Exército e presidente da República do Brasil (1964-1967) após o golpe civil-militar de 1964.

<sup>6</sup> Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986) foi escritora, filósofa, professora e ativista feminista francesa, sendo conhecida por sua parceria intelectual e afetiva com Jean Paul-Sartre (1905-1980) e por sua obra ‘O segundo sexo’ (1949).

da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR): fortalecer a luta pela transformação da sociedade; descobrir-se e valorizar-se como mulher e trabalhadora; ser espaço de participação das mulheres e de discussão de propostas, de valores.

O ano de 1987 foi marcado pelo abaixo-assinado organizado pelas Caravanas das Mulheres Trabalhadoras Rurais, visava incluir na nova Constituição os direitos das trabalhadoras rurais. Em 1988, realizou-se o II Encontro, onde foi criada a Coordenação Nacional. Em 1992,

[...] a ANMTR trabalhou intensamente [...] em torno da luta pela garantia dos direitos previdenciários: aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens e o salário maternidade. Houve uma mobilização nacional em março com a participação de 18 Estados, contando com aproximadamente 1.800 mulheres trabalhadoras rurais na luta pela regulamentação dos direitos previdenciários. Chegou-se à grande conquista da regulamentação da aposentadoria que resultou no início dos pagamentos por parte do INSS às trabalhadoras e trabalhadores rurais. (CRUZ, 2013, p. 2).

Em 1993, o objetivo da luta voltou-se para a aprovação do projeto do salário maternidade, uma mobilização nacional. Nesse sentido, foram diversas conquistas das mulheres do campo através das manifestações da ANMTR. A articulação deu espaço para novos movimentos, tendo como exemplos: o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, realizado em São Paulo em 1992, e também no mesmo ano, a instituição da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG. A partir desse momento, a discussão de gênero foi incluída na agenda do movimento sindical rural, estes incorporando nas nomenclaturas dos sindicatos a expressão trabalhadores e trabalhadoras rurais. (SANTOS, 2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC, é resultado das mobilizações das mulheres do campo anteriormente a 2004, ano de sua criação. O I Congresso Nacional do MMC, ocorreu em Brasília, unificando toda a luta até então separada e transformou o movimento em uma das maiores forças nacionais da classe trabalhadora. Segundo Silva (2013, p. 96), o referido congresso contou com a participação de 1200 mulheres camponesas e marcou a fundação do MMC Brasil. Ainda, durante o evento, houve a afirmação do caráter feminista e camponês do movimento. Princípios, valores, missão e simbologia do MMC foram também discutidos nesse ensejo. A unificação nos símbolos: uma única bandeira, o chapéu de palha e as cores lilás concretizou a conquista dessas mulheres e o desafio de trazer mais mulheres para o movimento, movimento este de causas feministas e camponesas em esfera nacional.

## A HISTÓRIA DE MARGARIDA MARIA ALVES E A ORIGEM DA MARCHA

Margarida Maria Alves nasceu no dia 05 de agosto de 1933, no sítio do Jacu, município de Alagoa Grande, interior da Paraíba. Começou a ir à escola aos 6 anos de idade e estudou até a 4ª série. Com 8 anos já trabalhava na agricultura. Aos 28 anos, foi morar na Rua Olinda, no centro de Alagoa Grande, onde permaneceria até o dia de sua morte. Em 1971 casou-se com Severino Cassimiro Alves e com ele teve seu único filho, José de Arimatéia Alves, nascido em 1975.

Margarida, durante vinte e três anos, esteve na liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Durante todo esse período manteve relações com outras mulheres camponesas que se aproximaram da luta camponesa. Uma dessas mulheres foi Maria da Penha Nascimento, que atuou ao seu lado no Sindicato e também Maria da Soledade Leite, mulheres que mais tarde se destacariam na luta pela punição dos assassinos de Margarida. (FERREIRA, 2010).

No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada brutalmente com um tiro no rosto, a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande-Paraíba. Pistoleiros atiraram no rosto da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na frente de seu filho e de seu marido, em sua própria casa. Desde esse triste fato, anualmente trabalhadores e trabalhadoras rurais passaram a rememorar a personagem de Margarida, enquanto denunciam a impunidade daqueles que tiraram sua vida. Desta maneira, ela se transformou num símbolo de luta entre as mulheres camponesas, luta por justiça, igualdade e por terra.

A morte brutal de Margarida chamou a atenção do Brasil para o clima de tensão entre sindicatos e latifundiários da Paraíba, pois, além da presidente, outros líderes de trabalhadores estavam na mira desses latifundiários. De acordo com reportagem da Revista Fórum (LOURENÇO, 2015),

[...] três meses antes de ser assassinada na porta de casa, na frente do marido e do filho pequeno, a líder sindical paraibana Margarida Maria Alves disse, em um discurso de comemoração pelo 1º de maio (Dia do Trabalhador), que era melhor morrer na luta do que morrer de fome. [...] anos depois de sua morte, as palavras de Margarida ainda ecoam entre as mulheres trabalhadoras rurais e dão força para a luta diária por representatividade e melhores condições de trabalho e de vida no campo. (LOURENÇO, 2015, n.p.).

Em sua liderança como sindicalista, Margarida Maria Alves teve participação na fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), que tinha como



um de seus fundamentos o desenvolvimento da formação na perspectiva da Educação Popular (EP). Margarida acreditava na educação como uma ferramenta de transformação social.

A experiência política de Margarida Maria Alves pode ter sido contraditória ao conviver com práticas sindicais que oscilavam entre o velho e o novo sindicalismo rural. Vivenciou um período de transição disputado por forças hegemônicas contrárias, em vários campos sociais, econômicos e culturais. Disputas estas que estavam vinculadas a vários fatores: à relação capital versus trabalho, representada pela dicotomia trabalhador/a rural versus latifundiário; às concepções no campo partidário mundial, direita versus esquerda, especificamente, das décadas de 1970-1980, período auge da Guerra Fria. E, finalmente, à transição política do próprio Estado brasileiro, ditadura versus democratização. Sendo assim, podemos percebê-la, no centro dessas disputas da seguinte forma: como uma expressão forte no movimento sindical que combatia veemente as oligarquias e lutava por direitos trabalhistas da classe trabalhadora. Inclusive, passando a refletir, teoricamente, a sua situação de exclusão social através da Formação Política desenvolvida pelo CENTRU e SEDUP. (FERREIRA, 2010 p. 22).

A Marcha das Margaridas foi criada em 2000 em homenagem a ela, ativista que se transformou num símbolo da luta por direitos iguais às mulheres do campo. Surge de uma articulação entre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Segundo Aguiar (2016), a marcha engloba várias organizações - feministas, mulheres sindicais, agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba, etc. A marcha ocorreu pela primeira vez no ano 2000, em Brasília-DF, e a partir daí se concretizou como um processo de mobilização própria, de maneira permanente e de movimentação nacional, e passou a ocorrer a cada quatro anos, constituindo a agenda dos movimentos sociais do campo.

Quando a Marcha foi às ruas em 2000, as Margaridas (mulheres ativistas integrantes do movimento) levaram indignação e vontade de justiça, “justamente por reconhecer as amarras que as prendem e pela consciência política adquirida, que esse movimento ganhou força e voz, que está vivo, latente e crescente nos dias atuais”. (CAVALCANTI; LIMA, 2016, p.98)

Um dos propósitos das Margaridas é lutar por suas terras. Margarida Alves lutava para que o trabalhador rural tivesse uma gleba de terra, que pudessem plantar e colher, ter pelo menos um dia de descanso semanal e que pudessem ir às feiras nos finais de semana, já

que os patrões negavam todos os direitos que o trabalhador rural deveria ter. Além da luta pelo direito ao espaço rural, o movimento busca por sua autonomia econômica, pelo fim da violência sexual e outras inúmeras pautas em benefício da mulher. De acordo com a CONTAG, no ano de 2000, houve “2000 razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista, foi construída a primeira Marcha das Margaridas articulada com a Marcha Mundial das Mulheres” (CONTAG, 2015, p.4).

A Marcha é consequência do histórico de uma mulher que morreu violentamente por lutar por seus direitos e pelos direitos do homem do campo. Nesse sentido, ela pode ser compreendida como uma luta por diferentes modos de ser e de viver, e não se reduz apenas às somas das experiências de vida de cada uma das mulheres que a integra, mas, em sua totalidade, foram percebidas falhas de informações sobre a rotina e história dessas mulheres.

Uma pesquisa feita em 2015, pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), reuniu informações e depoimentos de doze mulheres com idade entre 33 a 55 anos. Nove dessas doze mulheres sofreram abusos sexuais no decorrer de sua vida, por companheiros, maridos, desconhecidos, etc.

‘Para fugir dele, dormia no galinheiro ou embaixo da cama’. ‘Fui xingada por um desconhecido numa lotada, dei um tapa nele, ele se amedrontou, pois viu uma mulher forte e decidida’. ‘Fui ameaçada por madeireiros, fugi de casa e passei cinco meses fora’. ‘Sofri calada durante 23 anos’. ‘Sofri agressões, tapas, socos durante quinze anos, ele usava arma de fogo. Meus oito filhos presenciavam tudo. Fiz tratamento neurológico. Saí dessa situação com a ajuda de uma enfermeira quando tive coragem de contar’. ‘Minha mãe e irmãs falavam que eu tinha que tolerar as agressões do meu marido’. ‘Meu marido me agredia com revólver e faca enquanto eu segurava os filhos nos braços’. ‘Fui ameaçada de morte caso denunciasse as agressões, quis sair de casa, mas meus filhos não deixaram’. [...] ‘Quando tinha entre 5 e 6 anos fui violentada pelo marido da minha avó. Passei por problemas psicológicos até os 18 anos, quando contei ao meu pai o que tinha acontecido. Ele me levou a um centro de apoio. Deixei meu marido porque sou uma mulher fria, não o deixava me tocar’. ‘Quando contei às pessoas que havia sofrido violência sexual, elas se voltaram contra mim, este relato repercutiu negativamente sobre mim em toda a cidade’. ‘Tenho uma filha fruto de um estupro pelo cônjuge, contei a ela o que aconteceu’. ‘Tinha 8 anos quando fui violentada por um tio, meu pai nos flagrou e bateu em mim’. ‘Era trabalhadora rural, mas trabalhava numa boate, um freguês me obrigou, disse que era meu trabalho. Tenho vergonha de dizer. Era por sobrevivência, fui muito humilhada’. ‘Os homens que violentam, estupram e batem em mulheres são médicos, vereadores, vigilantes, patrões, homens de igreja, advogados’. ‘Os homens acham que são donos das mulheres’. ‘Mulher sempre foi tratada como ser inferior’. ‘A cultura do Nordeste é que homem tem que mandar e mulher baixar a cabeça’. ‘A violência faz parte da realidade da mulher’. ‘Mulher tem que aprender a se impor’. ‘Quando somos agredidas, temos que procurar nossos direitos’. ‘Mulher tem que ser amada’ (VALADARES; PEDROSA; FERREIRA; SOUZA, 2013, p. 58).

A partir desses relatos, podemos ter uma compreensão mais ampla de como a dinâmica interna da marcha influencia na luta constante contra a violência estrutural.

## MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU ATIVISMO

A Marcha das Margaridas integra o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), relacionado aos movimentos feministas e de mulheres, coordenados pela Secretaria de Mulheres da CONTAG. Como organização mista, é possível identificar que ela apresenta uma formação composta por mulheres de diferentes definições: feministas, associações, mulheres do campo, centrais e sindicais, com o propósito já mencionado de garantir direitos sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos.

Com uma ligação muito forte com o empoderamento feminino, a Marcha das Margaridas garante um espaço capaz de fazer alavancar a organização das mulheres rurais na perspectiva da crítica feminista, mesmo sendo um movimento heterogêneo. Essa aproximação se deu a partir da década de 1980, quando surge esse ativismo na Europa e nos EUA, propagando-se em espaços sociais e apresentando-se com uma marca urbana vinculada ao sindicalismo e que logo infiltrou-se em outros movimentos, como por exemplo, na Secretaria de Mulheres da CUT, e em seguida, na Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR). Este último grupo ligou-se à Marcha Mundial das Mulheres, organizando a primeira Marcha das Margaridas como uma ação em adesão a esse movimento.

Aguiar (2015) explica tal contexto da seguinte maneira:

[...] o que me pareceu interessante é que não se trata de um feminismo que possa ser definido em termos de organizações formais, ou que anteceda à própria ação, preexistindo à ação a partir de um marco conceitual, é um feminismo que, à medida que acolhe outros, se constrói no próprio fazer da Marcha, no seu movimento. E esse processo proporciona encontros entre mulheres que já trazem uma percepção de feminismo e se identificam como “feministas”, e outras que se percebem, se descobrem e se reconhecem como tal no acontecer desses encontros. Pareceu-me interessante compreender como as mulheres, representantes de organizações parceiras da Marcha como o MMTR-NE e o MIQCB, movimentos autônomos de mulheres, percebiam o feminismo e se percebiam como feministas. Pelas suas falas, o feminismo ganhava sentido como forma de ver, pensar e compreender o mundo, reconhecendo-se nas desigualdades vividas como mulher. (AGUIAR, 2015, p. 236)

Nota-se uma variação representativa na Marcha das Margaridas que quer ver suas lutas marcadas pelas especificidades e identidades de cada grupo que compõem o movimento. No meio rural, por exemplo, a divisão sexual do trabalho ordenou às mulheres o

trabalho reprodutivo, isto é, improdutivo e invisível à sociedade. Embora algumas mulheres exerçam ativamente o trabalho na agropecuária, esse trabalho nunca vai ser diretamente ligado a elas, mas sim aos homens, logo, trabalho produtivo. Dá-se então a necessidade de reivindicação da força feminina na participação dos sindicatos, principalmente, com o questionamento da condição imposta ao trabalho feminino.

Quantas mulheres do campo não possuem carteira de trabalho ou qualquer outro documento que comprove o seu trabalho na roça? No trabalho rural algumas mulheres chegam a efetuar tripla jornada, considerando as atividades do lar. Perdem todos os benefícios como licença maternidade, aposentadoria, etc. O trabalho que as mulheres realizam no meio rural é, no máximo, reconhecido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, mas nunca como exclusivo trabalho feminino. Por esse motivo, dentre tantos outros, a Marcha das Margaridas ligou a categoria 'mulheres do campo e da floresta' a algo comum à experiência de uma multiplicidade de mulheres que vivem no meio rural. Nota-se ainda, que para a identificação da posição de chefia de família, a mulher ainda não é reconhecida como capaz de coordenar uma colheita e a renda familiar.

Conforme o Observatório das Margaridas (2015), durante a marcha as Margaridas ficam hospedadas na Cidade das Margaridas, que é um alojamento onde ocorrem seminários, exposição de produtos diversos fabricados pelas mulheres membros da Marcha e debates. Executada sempre no mês do assassinato de Margarida Alves, até para lembrar do crime impune, a Marcha das Margaridas coloca milhares de mulheres do campo e da floresta vindas de todo o Brasil em Brasília.

A organização da marcha se inicia anteriormente à sua realização oficial em 2000. A aliança presente em sua criação fortalece o poder político da mobilização e promove a troca de experiências e aprendizagem entre ativistas e suas organizações (TEIXEIRA, 2021). A marcha, por mais que tenha se iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), avançou a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, com a titulação conjunta das terras da Reforma Agrária, por exemplo.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), um espaço do Governo Federal de grande importância, pois representou um recurso para promover a igualdade entre os sexos de forma a combater todas as formas de violência e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. (OBSERVATÓRIO, 2016).

Em 2007, a Marcha reuniu cerca de 70 mil mulheres na capital do país, tendo como principal pauta: "terra, água e agroecologia", entre outras.

Em 2007, 70 mil margaridas e muitos cravos chegaram a Brasília, vencendo todos os obstáculos para participarem da Marcha. As mulheres, enquanto organizavam atividades nas comunidades e municípios para angariar recursos financeiros – rifas, festas, bingos, leilões –, aproveitavam para divulgar a manifestação e mobilizar outras mulheres para dela participarem. O lilás invadiu a palheta de cores verde e vermelha do sindicalismo rural, nas bandeiras, faixas, nos chapéus e nas camisetas. A Marcha se tornava cada vez mais lilás, ressaltando a forte simbologia da luta feminista, dando visibilidade à ocupação pelas mulheres do espaço público na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. (SILVA, 2014, online).

Já no governo de Dilma Rousseff, a partir de 2011, a Marcha priorizou “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. (TV CONTAG, 2020). O encerramento da edição de 2011 contou com a participação de autoridades, representantes de centrais sindicais, movimentos sociais, feministas e internacionais. Mas o grande destaque foi dado à presença da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016)<sup>7</sup>, a primeira mulher chefe de Estado do Brasil, marcando o ato de encerramento da Marcha em 2011, com seu discurso em resposta à pauta de reivindicações apresentada com antecedência ao Governo Federal. A então presidenta, afirmou:

[...] queria dizer para vocês que a marcha de vocês me toca e me emociona profundamente, não apenas como presidente da República, mas como mulher e cidadã. É uma grande honra estar aqui, nesta 4ª Marcha das Margaridas. E eu me somo a vocês (Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas, 2011, online).

Desde a edição de 2011, a Marcha segue sete eixos (**Quadro 1**) que organizam a sua plataforma política, sendo eles:

#### **QUADRO 1 - Eixos norteadores da plataforma política da Marcha das Margaridas**

*Eixo I: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais.*

*Eixo II: Terra, Água e Agroecologia*

*Eixo III: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*

*Eixo IV: Autonomia Econômica, Trabalho e Renda*

*Eixo V: Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência*

*Eixo VI: Saúde e Direitos Reprodutivos*

*Eixo VII: Democracia, Poder e Participação Política*

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

A cada edição da Marcha das Margaridas é elaborado um documento político possuindo a pauta e as reivindicações diretas da plataforma política do movimento para o Governo federal, além de uma pauta interna destinada ao MSTTR, com aspectos

<sup>7</sup>Dilma Vana Rousseff (1947-) é economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e ex-secretaria municipal da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988), ex-Secretária de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul (1993-1995 e 1999-2002), ex-Ministra de Minas e Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010) do governo Lula, ex-presidente da República (2011-2016). Atualmente preside o Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS.

considerados necessários para consolidar relações mais democráticas e igualitárias dentro da própria marcha. São duas as modalidades principais de documentos : a) Pauta Geral: Documento entregue ao governo federal com as principais reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; b) Pauta para o Congresso Nacional: Relação dos projetos de lei que os trabalhadores e trabalhadoras rurais reivindicam a aprovação junto aos deputados e senadores. (OBSERVATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2015).

Na 5ª edição, em 2015, houve um movimento de solidariedade à ex-presidente Dilma, em contexto de denúncias e resistência ao impeachment. Reforçaram a luta com o lema: “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. A presidente, em seu discurso, anunciou a criação de patrulhas rurais para combater a violência contra a mulher no campo. “Tolerância zero para esse tipo de violência. Faremos parcerias com as forças policiais que atuam em nível local para que as mulheres vítimas de violência sejam assistidas de maneira correta e haja de fato prevenção da violência e do feminicídio” (CHAGAS e TOKARNIA, 2015, online).

Antes de prosseguirmos para a última edição em 2019, já no governo atual de Jair Bolsonaro, é importante fazer uma constatação importante: o movimento sentiu insegurança com a saída de uma mulher ocupando a presidência do Brasil. De acordo com o Observatório Marcha das Margaridas (2016), além do que significa para as mulheres a derrubada de uma mulher da Presidência da República, legitimamente eleita pelo voto do povo, a não indicação de nenhuma mulher para compor os Ministérios mostra claramente o perfil dos governos seguintes na relação com a valorização das mulheres: negar nossas capacidades; invisibilizar o trabalho das mulheres; desconsiderar a importância de políticas públicas que contribuam para a eliminação das opressões, discriminações e violências sofridas pelas mulheres; além de retroceder no desenvolvimento das ações para o empoderamento e fortalecimento da autonomia política, econômica e social.

Relatos das organizadoras da Marcha destacam que muita(o)s (ativistas e movimentos sociais aderiram ao protesto de rua realizado pelas Margaridas, por entenderem que aquela manifestação era também um espaço de luta contra a ameaça dos retrocessos democráticos que ameaçavam o país com um processo de impeachment, que tinha sua legitimidade questionada por muitos movimentos sociais. (TEIXEIRA, 2021). Além da Secretaria de Política para as Mulheres ‘SPM’, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), dava suporte para que as mulheres do campo fossem reconhecidas como trabalhadoras e de

direito aos direitos nas políticas públicas (OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS, 2016).

É perceptível constatar um apoio expressivo à marcha durante os governos petistas (2003-2016). As Margaridas, desde que surgiram essas políticas de suporte às mulheres, se sentiram acolhidas e ouvidas em diferentes territórios rurais do Brasil. As reivindicações atendidas possibilitaram a aproximação à uma vida decente para estas mulheres. Vale dizer que talvez esse suporte esteja relacionado com os ideais de governos de esquerda, por esse motivo, o atendimento às demandas da marcha.

São parceiras da Marcha das Margaridas (**Quadro 2**):

#### **QUADRO 2- Parceiros do Movimento “Marcha das Margaridas”**

- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTRNE;
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB;
- Conselho Nacional Agroextrativista – CNS;
- Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA;
- Marcha Mundial das Mulheres – MMM;
- Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB;
- União Brasileira de Mulheres – UBM;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Rede de Mulheres da América Latina e do Caribe - Rede Lac;
- Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado - (COPROFAM).

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

É importante destacar também as principais conquistas das Marchas das Margaridas (**Quadro 3**), considerando avanços legais e de desenho das políticas públicas que passaram a repercutir as bandeiras do movimento feminista e trabalhadoras do campo:

#### **QUADRO 3 - Conquistas associadas ao movimento Marcha das Margaridas**

- Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar.
- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra.
- Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família.
- Capacitação de servidores do INCRA sobre legislação e instrumentos para o acesso das mulheres a terra.
- Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do Pronaf Mulher.
- Criação do crédito instalação para mulheres assentadas.
- Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal.
- Ações de Capacitação sobre Pronaf - Ciranda do Pronaf e Capacitação em Políticas Públicas
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da ATER para Mulheres.
- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais.
- Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres.

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

## **A ATUAÇÃO DA MARCHA NO GOVERNO BOLSONARO**



Desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), as políticas públicas para a categoria começaram a se deteriorar por falta de orçamento e a situação piorou sensivelmente para as trabalhadoras rurais. Sob a temática “Margaridas na luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”, em 2019, cerca de 100 mil Margaridas se manifestaram em Brasília, em sua 6ª marcha. O ato apontou o atual governo como machista, elitista e homofóbico, com avanço das desigualdades, e ainda, uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, de acordo com Castilho; Lemos (2021), percebe-se o avanço de políticas ultraconservadoras e neoliberais sob o governo de Jair Bolsonaro, com impactos diretos nas políticas sociais.

Os sucessivos cortes e privatização na saúde pública, na previdência e assistência social fazem a diferença nas ações do Estado para conter ou não a pandemia em terras brasileiras. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março de 2020, os/as trabalhadores/as informais representavam 40,6% do total de trabalhadores/as ocupados/as no País no trimestre móvel até fevereiro deste ano, o que equivale a 38,081 milhões de pessoas (BOAS, 2020). O alto índice de massas trabalhadoras na informalidade, cerca de 40 milhões, indica que estas estarão abandonadas pelo Estado, pois serão os indicadores das desigualdades sociais e de exploração que dirão quais os corpos terão mais condições de reagir e sobreviver<sup>8</sup> (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 271).

Trata-se, na verdade, de um tipo de governo a serviço do capital e sua lógica de mercantilização dos serviços sociais e da vida, de modo geral. Nesse sentido, pode-se afirmar que se tratou de um estilo de governo e ação estatal necropolítica, agravada pela falta de políticas sanitárias claras durante a pandemia e pela manutenção de uma gestão de austeridade fiscal mesmo durante um período de recessão econômica. Trata-se do estilo de política que manifesta sua soberania sobre o controle da mortalidade (“quem pode viver e quem pode morrer”) e definir a vida como manifestação do poder (MBEMBE, 2016 apud CASTILHO; LEMOS, 2021).

Nesse contexto, dentro da 6ª edição da Marcha, ocorreu também a I Marcha das Mulheres Indígenas, as mulheres indígenas ocuparam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), denunciando as tentativas de desmonte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), que garante a atenção básica diferenciada aos povos originários e sua

---

<sup>8</sup> “O contexto de agravamento das condições de vida pela pandemia num país que tem uma taxa informalidade de 39,9% (36,8 milhões) da população ocupada (IBGE, 2020) tem levado, inevitavelmente, uma parcela considerável da população brasileira a tornar-se usuária do SUAS. A estimativa do governo é de que até 70 milhões de pessoas possam receber o Auxílio Emergencial, dado que demonstra a dimensão da tragédia vivenciada no Brasil. Esse quantitativo equivale a quase o dobro da população do Canadá e bem mais que a totalidade da população da Argentina” (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 274).



participação social na elaboração das políticas de saúde (TV CONTAG, 2020). A aproximação entre as Margaridas e as Indígenas teve como atos simbólicos diversos os seguintes eventos: uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem às duas Marchas; na abertura política da Marcha das Margaridas; e nos protestos de rua. “As parcerias e sentidos construídos são aqueles possíveis diante da diversidade e, inclusive, reconhecendo a diferença como elemento que possibilita as coalizões” (TEIXEIRA, 2021, online).

A ampliação do conservadorismo e das diferentes manifestações do machismo no Brasil, segundo as Margaridas, tem potencializado a intolerância à diversidade de todas as formas de vida e opinião. “Verificamos mais fortemente, no contexto atual, práticas de assédio e violência, de invisibilização de nossa contribuição histórica, das diferentes bandeiras de luta que encampamos e de desqualificação da atuação das mulheres em espaços políticos” (MORAIS, 2019, n.p.).

Em 2020 houve a comemoração dos 20 anos da Marcha das Margaridas, via internet e por causa da pandemia da Covid-19. O ato virtual foi disponibilizado em uma plataforma de compartilhamento de vídeos e ocorreu em tempo real. A pauta celebrou a história de luta, resistência e conquistas e também se solidarizou com as mortes pela Covid-19, conforme diz a reportagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação- CNTE (2020, online),

A secretária de Mulheres da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), Mazé Moraes, relata que o adoecimento pela Covid-19 tem chegado de forma mais forte à população do campo, da floresta e das regiões ribeirinhas: “Tem saído das grandes capitais, indo para os pequenos municípios e automaticamente chegando aos nossos territórios, às nossas comunidades indígenas, quilombolas, nos assentamentos, nos mais diversos locais onde a gente mora”, lamenta. “É isso nos preocupa muito diante da dificuldade de acesso à saúde pública.

A Marcha Virtual também contou com uma mensagem do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)<sup>9</sup>,

[...] quero agradecer a vocês, pelo que simbolizam na luta das mulheres brasileiras, a coragem reivindicativa de vocês e sobretudo a coragem de colocar juntas as mulheres que trabalham na agricultura, as mulheres da floresta, e as mulheres das águas. É extremamente importante que a sociedade brasileira compreenda o significado do esforço de vocês. É importante que a sociedade compreenda a relação que nós mantivemos quando eu era presidente da República. Todo ano

---

<sup>9</sup> Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), é o atual presidente da República eleito em 2022 para um novo mandato de 4 anos (2023-2026). Foi presidente da República entre 2003 e 2010, deputado federal por São Paulo entre 1987 e 1991, sendo parte desse mandato como deputado constituinte. Foi também metalúrgico e ex-presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

vocês apresentavam uma pauta, eu recebia, a gente discutia a pauta de vocês e todo ano da Marcha das Margaridas a gente ia apresentar o que tínhamos atendido[...] Era para mim motivo de consagração da relação governo e povo, da relação Estado e sociedade. (MOTTA, 2020, online).

Lula ainda ressaltou a importância das Margaridas na reedificação da democracia e na reconquista dos direitos sociais. Direitos no trabalho e de trabalhar, de comer três vezes ao dia, o direito de estudar, de ter acesso ao lazer e de uma terra para trabalhar, de ter financiamento. Inclusive, “o ex-presidente disse esperar que o país não continue muito tempo com essa coisa tão ruim que está acontecendo, desde a Covid-19 até esse desgoverno. O Brasil não merece isso” (MOTTA, 2020, online).

Nesta circunstância, Rousseff criticou a impunidade da violência contra líderes populares, citando o crime de assassinato contra Marielle Franco<sup>10</sup>, comparando-o com o assassinato de Margarida Alves, sendo que em ambos os crimes os culpados não foram punidos. Listou algumas conquistas pelas mulheres do campo durante seu governo, como por exemplo, as ações de titulação de terras, concessão de escritura das moradias em seus nomes, o programa de incentivo da reforma agrária para a mulher, a segurança de 30% das compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os reservatórios que garantiram água para consumo e plantio (MOTTA, 2020).

A ex-presidenta ainda reforçou que

Muitas dessas conquistas estão se perdendo pela ação devastadora do atual governo. A mulher brasileira precisa retomar o caminho de conquista que o golpe e a ascensão da extrema direita interromperam. Ao longo de 20 anos a Marcha das Margaridas foi a marcha das mulheres por direitos e igualdade. Hoje deve ser também a marcha contra o fascismo, pela vida e a justiça social (MOTTA, 2020, online).

A comemoração dos vinte anos da Marcha das Margaridas também contou com o apoio de alguns outros políticos, do presidente da CONTAG- Aristides Santos, Mazé Moraes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, artistas como Zélia Duncan, Letícia Sabatella, Maria Casadevall e diversas lideranças sindicais e dos movimentos sociais.

Há uma limitação em encontrar o posicionamento direto do atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido) diante da Marcha das Margaridas. No entanto, é possível se deparar com ofensas em relação a qualquer movimento social de cunho ‘esquerdista’, principalmente ao MST, de defesa às terras indígenas e dos direitos humanos. Não obstante, o Movimento

---

<sup>10</sup> Marielle Francisco da Silva (1979-2018), mais conhecida como Marielle Franco, foi uma vereadora do PSOL do Rio de Janeiro assassinada aos 38 anos em uma emboscada no centro da capital no dia 14 de março de 2018. Era socióloga e ativista de direitos humanos, investigava abuso das Forças Armadas e da polícia durante a intervenção federal na área da Segurança Pública do Estado.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está sempre atuante e rebate os apontamentos do presidente. Em concordância, à reportagem de Brasil de Fato, o MST respondeu aos ataques de Jair Bolsonaro que havia publicado em suas redes sociais um vídeo acusando o movimento de ser violento contra assentados,

Destacamos que o atual governo deveria estar preocupado com o avanço da pandemia de coronavírus – que tirou a vida de 360 mil pessoas, infectou 14 milhões de brasileiros, tirou o emprego e jogou milhares de famílias na pobreza e levou à falência de centenas de micro, pequenas e médias empresas. A luta pela Reforma Agrária seguirá firme, porque nós temos 19 milhões de pessoas que sabem o gosto amargo da fome. Nós não somos responsáveis pela violência que incita o ódio e a mentira. O responsável é o governo federal que não coloca verba para a Reforma Agrária (MELITO, 2021, online).

No 12 de agosto de 2021 foi realizada, de forma virtual e transmitida via Facebook, YouTube e Portal da CONTAG, a Roda de Conversa “Margarida Alves, Presente. Mulheres e Juventude na luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo”, tendo como responsáveis pelo Evento: Secretarias de Mulheres, Juventude, Meio Ambiente e Agrária da CONTAG. Mazé Moraes juntamente com Monica Bufon, apresentam a roda de conversa com a participação de Marilene Faustino- Secretária de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Minas Gerais (FETAEMG), Maria Alaides de Souza- Coordenadora Geral Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e Rosângela Piovizani membro do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A roda de conversa destacou o legado de Margarida Alves e a luta de mulheres e da juventude pela reforma agrária e contra a violência no campo. Destacou todo o legado de Margarida das lutas das Margaridas. “Margarida não era só visionária, era comprometida com a sua base. De sua luta surgiram várias Margaridas e, com isso, avançamos muito na luta por direitos e cidadania. Infelizmente, estamos vivendo um período de retrocessos com a perda de direitos e com o desmonte das políticas públicas”, disse Rosângela Piovizani (MMC, 2021).

Maria Alaídes de Sousa, do MIQCB, também valorizou, no evento suprarreferido, o legado de Margarida e a luta das mulheres do campo, da floresta e das águas neste dia que é um marco para todas. “É preciso buscar novas formas de produzir e gritar pelo direito à vida e contra esse projeto de morte que está impactando as nossas vidas. Somos sementes de Margarida Alves e vamos repassar essas sementes para as(os) nossas(os) filhas(os) e netas(os)” (TV CONTAG, 2021, online). As dirigentes da CONTAG que moderaram a roda de conversa destacaram que, em nome dessa luta, a cada quatro anos (mês de Agosto) milhares

de Margaridas de todos os cantos do país marcham em Brasília por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade, na Marcha das Margaridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta no trajeto desse trabalho sustenta a abordagem da Marcha das Margaridas a partir de uma análise histórica de sua gênese ao contexto do atual cenário político brasileiro. Considerando o papel da Marcha em seu aspecto social e político, é possível afirmar que ela é uma ação coletiva e que sua causa só se fortaleceu nesses vinte anos de luta, por conta da união da força feminina e com o suporte que as gestões de Lula e Dilma (PT) concederam, de maneira proporcional, às Margaridas. Uma luta que se constituiu por meio de reivindicações para a melhoria da mulher do campo e da sua relação com a terra.

A marcha se caracteriza historicamente como movimento aglutinador de outros coletivos e movimentos de luta das mulheres no campo por melhores condições de acesso à terra e por políticas sociais para a esse contingente populacional. Além disso, mostrou ser importante considerar a pauta feminista no que tange às políticas agrárias, já que as mulheres são mais afetadas pelas jornadas adicionais (trabalho no lar e fora de casa) e pela violência doméstica, entre outras violências.

A proposta de analisar a atuação da Marcha no presente governo de Jair Bolsonaro (PL) mostrou que a relação entre o movimento com o governo anterior foi reduzida e carente de diálogos. A pauta da Marcha de 2019 deixou clara essa política do governo para com as ações do coletivo de mulheres do campo. Existe uma marginalização, por parte de alguns civis e políticos sobre manifestações, e, principalmente, da solicitação por aquilo que se entende por direito de “se manifestar”. Tal evidência revela o quão nefasto e prejudicial é o comportamento e o desprezo da última administração federal (2019-2022).

Por último e não menos importante, faz-se aqui um repúdio ao crime cometido à Margarida Maria Alves, pois até hoje seus assassinos seguem impunes, o que faz da Marcha um protesto permanente a esse delito hediondo. Como já dizia Margarida, “Da luta eu não fujo!”. Assim segue sendo a Marcha das Margaridas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. *Somos todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Campinas: SP. (s.n.), 2015.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *R. Katál.*, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 18 de agosto de 2021.

CAVALCANTI, Manuella P. de Holanda; LIMA, Eden E. Tenório de. *Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta*. ACENO - Revista de Antropologia do Centro-oeste, Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, v. 3 n. 5, jan./jul. de 2016.

CHAGAS, Victor; TOKARNIA, Mariana. *Marcha das Margaridas: Dilma promete combater violência contra a mulher no campo*. Agência Brasil – Brasília, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-08/marcha-das-margaridas-dilma-anuncia-medidas-para-combater-violencia> Acesso em 20 de julho de 2021.

CNTE -Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Marcha das Margaridas completa vinte anos*. 12/08/2020. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73354-marcha-das-margaridas-completa-20-anos.html>. Acesso em 24 de julho de 2021.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 2003. *Revista em comemoração aos 40 anos*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

CONTAG. *Caderno de textos para estudos e debates Marcha das Margaridas*. 2015. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015\\_versaofinal\\_site.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015_versaofinal_site.pdf). Acesso em 13 de maio de 2020.

CRUZ, Teresa Almeida. *A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: Entre o velho e o novo sindicalismo rural*. Tese (Doutorado) - Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2010.

Ideação. *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.

INSTITUTO LULA. Memória: Há 35 anos, Margarida Alves morria com um tiro no rosto. Disponível em: <https://institutolula.org/memoria-ha-35-anos-margarida-alves-morria-com-um-tiro-no-rost-1>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

JORNAL O ESTADO DE SP. Marielle Franco. Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

LOURENÇO, Luana. Conheça a história de Margarida Alves, que inspira a Marcha das Margaridas. Revista Fórum, 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/conheca-a-historia-de-margarida-alves-que-inspira-a-marcha-das-margaridas/>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

MELITO, Leandro. *Bolsonaro ataca o MST e movimento responde: “Deveria estar preocupado com a pandemia”*. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 15 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/bolsonaro-ataca-o-mst-e-movimento-responde-deveria-estar-preocupado-com-a-pandemia>. Acesso em 24 de julho de 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Trabalhadores rurais*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

MMC. *Movimento das Mulheres Camponesas*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

MORAIS, Mazé. *Plataforma Política: Marcha das Margaridas 2019*. Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_1236339083\\_14082019151003.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf) Acesso em 23 de julho de 2021.

MOTTA, Claudia. *Símbolo nacional de força e coragem: 20 anos da Marcha das Margaridas*. 12/08/2020. Disponível em: [https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/simbolo-forca-coragem-20-anos-marcha-margaridas/?\\_\\_cf\\_chl\\_jschl\\_tk\\_\\_=pmd\\_b5a067894fff2812fe764a9345617dba9433b540-1626999178-0-gqNtZGzNAiKjcnBszQai](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/simbolo-forca-coragem-20-anos-marcha-margaridas/?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_b5a067894fff2812fe764a9345617dba9433b540-1626999178-0-gqNtZGzNAiKjcnBszQai). Acesso em 24 de julho de 2021.

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. O que é a Marcha das Margaridas? 2015. Disponível em: [http://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=139](http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139). Acesso em 19 de julho de 2021.

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. Retrocesso nas políticas públicas para as mulheres frente ao golpe! 2016. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?p=523>. Acesso em 20 de julho de 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REVISTA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007. *Publicação da comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag*. Março 2008.

RICOLDI, Arlene Martinez. *Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa-PB*. 2011. Tese (Doutorado), Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

RODA DE CONVERSA. *Margarida Alves, Presente: Mulheres e Juventude na luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DC3hpavX9d4>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República*, Dilma Rousseff, durante solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011. Brasília-DF, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solemnidade-de-encerramento-da-marcha-das-margaridas-2011-brasilia-df-31min17s>. Acesso em 21 de julho de 2021.

SANTOS, Debora Fragata dos. *Feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais: o movimento de mulheres camponesas (MMC) e suas práticas feministas*. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, julho de 2018.

SILVA, Isabela Costa da. *Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora (UFJF), 2013.

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. *Marcha das margaridas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVA, Reginaldo José da. *A dinâmica da formação nas ligas camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento "Bença, mãe!"*. XXII Encontro de Pesquisa Educacional no Norte e Nordeste. GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais Natal, 2014.

TEIXEIRA, Marco Antônio. *Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas*. *Caderno CRH. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, v. 34, p. 1-17, , 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/p3htkm3WRRJN9NQT44S4gWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de março de 2020.

TV CONTAG. *Live - 20 anos de Marcha das Margaridas*. Canal YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyZGmeEV7Ms&t=69s>. Acesso em 20 de julho de 2021.

Recebido em 14 de março de 2023.

Aprovado em 25 de abril de 2023.

